

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AS ESPECIALIDADES DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DAS PROFISSÕES DOS CATIVOS DE ITAPEMIRIM NO SÉCULO XIX

LARYSSA DA SILVA MACHADO*

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise das especialidades apresentadas pelos cativos que residiam, ao longo do século XIX, em Itapemirim, cidade da região sul da província do Espírito Santo. Para isso, utilizaremos três conjuntos de documentos disponíveis que trazem a profissão de muitos escravizados da região: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim em 1833; inventários *post mortem* e testamentos; e registros de batismo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, na Vila de mesmo nome. A ideia deste trabalho é demonstrar que os cativos que residiam naquela localidade possuíam profissões especializadas, sendo responsáveis por atividades importantes e rentáveis na comunidade. Assim, percebe-se que, as relações que os escravizados desenvolviam na sociedade iam muito além do trabalho braçal não-especializado, uma vez que, ao contrário disso, esses agentes desenvolviam funções que possibilitavam o desenvolvimento de relações sociais e econômicas na sociedade.

Sobre a população cativa de Itapemirim ao longo do século XIX

A efetiva colonização das terras do Vale do Itapemirim, ocorrida nas décadas finais do século XVIII, e a migração dos fazendeiros com suas posses fizeram com que a região fosse povoada não apenas por suas famílias, mas também pelos cativos que migraram junto com seus proprietários. Segundo Vilma Almada, “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo ‘plantation’ escravista.” (ALMADA, 1984, p.88).

Os dados populacionais de Itapemirim referentes ao século XIX revelam que o quantitativo de escravizados sempre foi elevado. Ao se comparar com a população capixaba no mesmo período, percebe-se que a população cativa itapemirina estava muito acima da média de escravos espírito-santenses. A tabela a seguir apresenta os dados populacionais de Itapemirim e os compara com dados do Espírito Santo.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: assyrall@gmail.com.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TABELA 2: População de Itapemirim e do Espírito Santo (1817-1872)

Ano	ESPÍRITO SANTO					ITAPEMIRIM					Total
	Livres	%	Escravos	%	Total	Livres	%	Escravos	%	% em relação aos escravos da Província	
1817	—	—	—	—	24.585	—	—	—	—	—	2.025
1818	—	—	—	—	25.960	—	—	—	—	—	2.025
1824	22.165	63	13.188	37	35.353	1.184	51	1.148	49	8,7	2.332
1827	22.931	64	12.948	36	35.879	797	44	1.038	56	8	1.835
1833	—	—	—	—	27.916	1.360	46	1.596	54	—	2.937
1839	16.847	65	9.233	35	26.080	852	34	1.635	66	17,7	2.487
1843	21.122	65	10.376	35	32.720	1.825	45	2.109	55	20,3	3.984
1856	36.793	75	12.100	25	48.893	2.508	57	1.885	43	15,5	4.393
1857	36.823	75	12.269	25	49.092	—	—	—	—	—	4.393
1861	42.217	70	18.485	30	60.702	4.493	51	4.315	49	23,3	8.843
1870	51.825	73	18.772	27	70.597	4.680	70	2.013	30	10,7	6.693
1872	59.478	72	22.659	28	82.137	6.808	68	2.873	32	12,7	9.881

Fonte: 1817 e 1818: VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typographia de P. A. D’Azeredo, 1858; 1824 e 1827: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; 1827, 1833 e 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d’Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1872: Censo de 1872.

Portanto, a tabela acima demonstra que, nos anos analisados, a população cativa de Itapemirim era bastante elevada, com valores bem superiores às médias capixabas. Na primeira metade do século XIX, quando a proibição do tráfico ainda não vigorava, a população cativa capixaba apresentou valores mais expressivos, porém, abaixo dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

percentuais de Itapemirim. No ano de 1824, enquanto a população capixaba era composta por 37% de cativos, maior percentual encontrado na tabela, Itapemirim possuía 49% de escravizados. Já, no ano de 1839, a população do Espírito Santo era formada por 35% de escravos e Itapemirim, por sua vez, tinha uma população composta de 66% de cativos.

Nas primeiras décadas do século XIX, Itapemirim possuía uma população escravizada maior que a livre: 56% da população era formada por escravos, em 1827; 54%, em 1833, e 55%, em 1843. Nos anos seguintes à promulgação da Lei Eusébio de Queirós, os valores proporcionais de Itapemirim continuavam elevados: 43%, em 1856, e 49%, em 1861. O mesmo ocorre nos anos finais da escravidão. Em 1870 e 1872, enquanto o Espírito Santo possuía, respectivamente, 27% e 28% de escravizados em sua população, em Itapemirim havia 30% e 32% de escravizados.

Muitos desses cativos adentraram o Vale do Itapemirim junto com seus senhores durante o período de colonização da região. Outros, porém, chegaram a Itapemirim através do tráfico internacional de escravos. No entanto, correspondências existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo relatam a problemática da permanência do tráfico de cativos em Itapemirim após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

Segundo Walter Pereira, a região que compreendia o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo continuou a receber o desembarque de africanos após 1850 (PEREIRA, 2013, p.2). Marcus Carvalho, ao estudar o tráfico de escravos em Pernambuco, constatou que, após a primeira proibição do tráfico, em 1831, as embarcações deixaram de aportar em grandes centros e passaram a operar em pequenas cidades brasileiras (CARVALHO, 2018, p. 216). O volume de correspondências e a presença de africanos entre a população escrava itapemirina apontam para essa situação. De acordo com Leonor Santana, os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860 (SANTANA, 2000, p. 304). “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o porto de Itapemirim.” (NOVAES, apud SANTANA, 2000, p. 304).

Tanto os relatórios dos presidentes da província capixaba quanto os ofícios do chefe de polícia e as cartas enviadas a Corte apontam para esse problema. Ao longo de toda a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

década de 1850, várias embarcações foram apreendidas na região. Em 29 de outubro de 1851, foi apreendido um navio com africanos “boçaes”¹. No mesmo ano, um ofício foi enviado a Corte com informações sobre o desembarque de 170 africanos, que foram conduzidos ao interior de Itapemirim². Outro documento se refere a uma correspondência trocada entre o traficante Joaquim Ferreira de Oliveira e seu sócio Joaquim da Fonseca Guimarães, na qual aquele relata que estava pronto para receber os africanos de Angola³.

Outro nome relacionado ao tráfico que aparece nos documentos é o de José Bernardino de Sá, que consta em uma lista feita pela polícia em que se apontaram os nomes de 292 traficantes de escravos que operavam na atividade entre os anos de 1811 e 1831 (PARRON, 2009, p. 134). Duas correspondências relatavam o envolvimento de Sá no desembarque de africanos na região⁴. Outra delação que envolvia o nome de José Bernardino dizia respeito a um possível desembarque de africanos no ano de 1852⁵.

Ainda em 1851, no dia 29 de novembro, outro ofício enviado pelo chefe de polícia da Corte ao presidente Azambuja comunicava que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim, pois ocorrera na localidade o

desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denúncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila⁶.

Muitas denúncias envolviam o nome do Barão de Itapemirim, que é apontado como um dos principais traficantes de escravos do Sudeste (SANTANA, 2000, p. 304). Em 6 de abril de 1851, outra denúncia foi enviada a Corte sobre o desembarque de “cento e tantos” africanos que seriam destinados a fazenda do Barão (PEREIRA, 2015, p.15). Outros fazendeiros de renome na política provincial também tiveram seus nomes citados em denúncias relacionadas ao tráfico. O coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu

¹ APEES. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66.

² APEES. Ofício enviado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e subdelegados de Benevente. 1851. Série Accioli, livro 66.

³ APEES. Carta de Denuncia dirigida ao Chefe de Polícia e mandado de prisão contra Joaquim Ferreira de Oliveira, 1851. Série Accioli, livro 66.

⁴ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

⁵ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

⁶ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do Barão de Itapemirim, eram outros nomes envolvidos.

Dias da Silva foi chamado em uma coluna do jornal Correio de Vitória, em 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido a sua relação com o tráfico ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p. 15). Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852, o presidente Azambuja alertou o delegado de polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt”⁷. Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da província contra Gomes Bittencourt e o Barão, pois, de acordo com o delator, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim⁸.

O fato de grandes fazendeiros itapemirinos estarem envolvidos em denúncias sobre o desembarque de africanos escravizados na região não os impediu de realizar denúncias sobre o assunto. O Barão de Itapemirim, que aparece como um dos maiores traficantes de cativos, no período em que foi presidente da província capixaba, denunciou por inúmeras vezes a desproteção do litoral capixaba referente aos navios envolvidos no tráfico de almas. Em relatórios, o Barão enfatiza a extensão das praias capixabas e a falta de vigilância das autoridades⁹.

Enquanto as denúncias relatavam que Itapemirim estava na rota do tráfico de almas, os dados demográficos demonstram a presença de africanos entre a população cativa da região. No ano de 1839, o presidente provincial João Lopes da Silva Coito produziu um mapa populacional sobre a população cativa do Espírito Santo. Esse mapa contém os números relativos à população cativa nas cidades e vilas provinciais, sendo especificado o número de pardos cativos, além de escravos brasileiros e africanos.

A província apresentava, então, 1.518 pardos cativos (16,5%), 4.881 escravos naturais do Brasil (52,8%) e 2.834 escravos naturais da África (30,7%), num total de 9.233

⁷ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

⁸ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

⁹ RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u129/>. Acesso em: 14 dez. 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

cativos¹⁰. Se subtraído esse contingente do total de habitantes, tem-se o total de 16.847 habitantes livres na província. Assim, em 1839, a população livre capixaba correspondia a 64,6% do total do contingente populacional, enquanto os cativos representavam 35,4%. A tabela a seguir apresenta o número de cativos presente nas cidades e vilas do Espírito Santo.

TABELA 3: Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839

Cidades / Vilas	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	724	7,8	2.061	22,3	485	5,3	3270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1.026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Mateus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Mateus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL, microfilme 015_000_78, p. 48 *apud* LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39.

Esse mapa populacional serve como ponto de partida para uma série de análises sobre a população cativa capixaba e itapemirinese. Em 1839, a cidade de Vitória, capital da província, possuía o maior número de cativos, 3.270 (35,4%), seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, 1.635 (17,7%). Nesse ano, porém, a quantidade de escravizados africanos em cada uma das cidades e vilas capixabas representava 30,7% do total de cativos do Espírito Santo. Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 estavam em Itapemirim. Esse valor correspondia a 11,1% do total de

¹⁰ Para as autoridades, o termo “pardo” referia-se ao cativo miscigenado. Por outro lado, o termo “crioulo” referia-se aos negros cativos nascidos no Brasil.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cativos capixabas e 36,2% do total de africanos que residiam no Espírito Santo. Portanto, a Vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período.

Ao se comparar dados da população cativa de Itapemirim com os anos de 1833 e 1872, percebe-se que os africanos predominaram na escravaria local na primeira metade do século e representaram um número significativo nos anos finais da escravidão. A Tabela 3 apresenta esses valores.

TABELA 4: Naturalidade da População de Cativos de Itapemirim-ES nos anos de 1833, 1839 e 1872

Anos	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total de Cativos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596	100
1839	42	2,5	567	34,5	1.026	63	1.635	100
1872	865	30	1.497	52	511	18	2.873	100

Fonte: 1833: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, Fundo Governadoria, Livro 54; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1872: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados, percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65% dos escravizados, em 1833, e 63%, em 1839. Já em 1872, esse quantitativo diminuiu para 18%, dado explicado pelo fim do tráfico, em 1850. Ainda assim, a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos cativos representavam 30% da população cativa, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação era pequena, apesar de ter aumentado consideravelmente nos anos finais da escravidão.

Sem sombra de dúvidas, o alto número de escravizados na região de Itapemirim foi fundamental para a construção da região e, portanto, estudá-los mais a fundo é jogar uma luz em um grupo esquecido e estigmatizado pela historiografia tradicional. As pesquisas recentes sobre escravidão tiraram o escravo de uma posição inanimada, pois, em muitas ocasiões, esse agente era citado como mera mercadoria, sem voz, que vivia à mercê do senhor e agia a partir de “instintos primitivos”. Nesse sentido, essas pesquisas atuais passaram a destacar as contribuições dos escravizados para a sociedade e a analisar as relações cotidianas construídas por esses agentes.

Assim, este artigo pretende analisar um desses aspectos singulares dos cativos de Itapemirim: as relações de trabalho. É sabido que, aqueles que vinham para o Brasil para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

serem escravizados ou que nasciam na condição de cativos eram forçados a realizarem trabalhos aos seus senhores. Porém, em muitos documentos, percebe-se que alguns escravos tinham profissões específicas e eram especialistas em determinadas funções. Nesse sentido, pretende-se observar e analisar essas profissões neste artigo. Para isso, serão utilizadas as seguintes documentações: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, inventários *post-mortem* e testamentos produzidos entre os anos de 1836 e 1888 e registros de batismos de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo escritos entre os anos de 1882 e 1888.

As profissões dos cativos de Itapemirim

É de entendimento de todos que, os milhares de homens e mulheres que desembarcaram no Brasil, desde o século XVI até o XIX, para serem escravizados construíram o país que existe hoje. A mão de obra escrava, base da economia colonial e imperial, alicerçava a economia e a sociedade brasileira. Seja no trabalho nas lavouras de cana e café, nas minas de ouro ou nas cidades, como artesãos ou jornaleiros, aqueles que tinham a sua força de trabalho explorada sustentavam a economia. Porém, a temática do trabalho escravo pouco é vista nos trabalhos sobre a História do Trabalho.

Silvia Lara, em pesquisa produzida sobre o tema, afirma que as discussões sobre o trabalho escravo, que enfatizam a transição para o trabalho livre, encontram-se geralmente no fim das produções sobre escravidão, quando se trata de abolicionismo, ou nos capítulos introdutórios sobre a História dos trabalhadores livres. A historiografia da “transição”, conforme a autora argumenta, propõe uma substituição do trabalho escravo para o livre e, assim, desaparece com o negro e o substitui pelo imigrante europeu. Ela discute também como a historiografia tradicional exclui os movimentos quilombolas e as insurreições escravas nas discussões da “luta pela liberdade” travada por trabalhadores ao longo da história (LARA, 1998, p.27).

Além disso, Douglas Libby e Júnia Furtado também discutem a respeito da integração do trabalho escravo no campo da História do Trabalho. Para eles, é importante estabelecer uma integração entre o trabalho livre e escravo no mundo, já que as histórias dos escravos na América e dos trabalhadores livres do mundo estão “emaranhadas” por redes internacionais de comércio e por intercâmbios culturais que ocorreram ao longo da história (LIBBY, 2006, p.12).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A comparação entre a sociedade escravista por excelência e a sociedade do trabalho livre. A comparação se justifica pelo fato de que o Brasil importou mais escravos e por um período maior que qualquer outro sistema escravista e que os escravos brasileiros foram utilizados em um grande leque de ocupações, em muitos casos especializadas, o fato de que inúmeros escravos no Brasil chegaram a ser mestres artesãos e que os escravos urbanos gozavam de uma autonomia considerável tanto em termos de seu ir e vir no cotidiano quanto em termos de negociação de trabalho significa que é possível desenvolver uma história ocupacional [...] (LIBBY, 2006, p.12).

Enfim, ainda são poucos os trabalhos que falam sobre o tema e há escassez de produções historiográficas que insiram os cativos na História do Trabalho, o que demonstra que “há um hiato, quase um abismo” (LARA, 1998, p.27) entre o trabalho cativo e livre no Brasil. Este artigo pretende analisar as especializações dos escravos que vivam em Itapemirim, ainda que não consiga aprofundar algumas questões. Através de uma análise de documentos que apresentam as profissões dos cativos, pretende-se entender quais as funções dos homens e das mulheres escravizados na região.

Como em muitas outras vilas brasileiras, Itapemirim utilizava a mão de obra cativa em obras públicas, como na construção de ruas, igrejas e casas. A construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo e da Casa da Câmara Municipal empregou essa força de trabalho, que era, muitas vezes, cedida pelos próprios proprietários dos escravizados, como se verifica no caso de D. Antônia Francisca da Silva, dona de terras em Candéus e no Rio Muqui¹¹. Essa senhora determinou em seu testamento, datado de 1850, que seu escravo Gabriel trabalhasse na construção da Igreja Matriz e, depois disso, fosse libertado. Também há casos de escravos que desempenhavam serviços da confiança de seu senhor, como Bernardo, cativo e gerente da casa de comércio do português José do Amaral, localizada na Rua Municipal da Vila (MORENO, 2017, p.60-61).

Esses registros dão uma ideia da dimensão das atribuições do trabalho escravo. Alguns documentos trazem a profissão dos cativos e, nesse sentido, são ferramentas para entender as especialidades dos trabalhadores cativos de Itapemirim. A tabela a seguir traz um comparativo entre os documentos analisados. O primeiro documento é a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833¹², que apresenta todos os moradores da Vila, livres ou escravos, e suas profissões, entre outras informações. Outro conjunto de

¹¹ Afluente do Rio Itapemirim.

¹² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

documentos que traz as profissões dos cativos é formado pelos inventários *post mortem* e testamentos¹³. Esses documentos apresentam muitos detalhes da vida dos escravos, entre eles os valores dos mesmos e, assim, pode-se realizar a relação entre as profissões e os valores dos cativos. Por fim, o Livro de Batismo de escravos, que compreende o período entre 1882 e 1888¹⁴, traz a profissão de alguns genitores dos infantes batizados nesse período.

TABELA 5: Profissão dos Cativos em Itapemirim (1833-1888) ¹⁵

Profissão	Lista Nominal de 1833	Inventários e Testamentos (1836-1888)	Livro de Batismo (1882-1888)
Roça	1.482	106	75
Carpinteiro	39	11	1
Negócio	12	-	-
Ferreiro	7	2	-
Pedreiro	7	3	1
Caxeiro	6	-	-
Serrador	6	2	-
Marinheiro	4	1	-
Oleiro	4	3	-
Criado/ Pagem	4	1	-
Alfaiate	3	3	-
Lambiqueiro	3	1	-
Capoteiro	3	1	-
Caldeiro/ Tanoeiro/ Oficial de Caboqueiro	2	3	-
Barbeiro	2	-	-
Mestre de Açúcar	2	-	-
Militar	1	-	-
Caldeiro	1	2	-
Resteiro	1	-	-
Costureira	1	1	-
Tanoeiro	1	-	-
Mestre de Embarcação	1	-	-
Oleiro/ Mestre de Açúcar	-	2	-
Oleiro/ Lambiqueiro	-	1	-
Carreiro/ Oleiro	-	1	-
Mestre da Açúcar/ Falqueador	-	1	-
Mestre de Açúcar/ Maduro e Pagem	-	1	-
Serrador/ Caldeiro	-	1	-
Carreiro/Serrador/Caldeiro	-	1	-

¹³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

¹⁴ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. Livro de Batismo de Escravos 3. Itapemirim, 1882-1888.

¹⁵ É importante mencionar que, por este artigo transitar por um tema pouco explorado, é difícil esclarecer todas as informações sobre as profissões que aparecem nos documentos. O que se pode observar é que havia muitas nuances na sociedade escravocrata brasileira, muitas delas ainda não exploradas na bibliografia especializada.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Aprendiz de Ferreiro	-	1	-
Cafeeiro	-	1	-
Caldeiro/Carreiro	-	1	-
Caldeiro/Serrado	-	1	-
Carreiro	-	4	-
Carreiro/Falquejador	-	1	-
Costureira/Rendeira	-	1	-
Cozinheira	-	1	5
Criada	-	1	-
Criada e Mucama	-	1	-
Mucama	-	5	6
Mucama/ Costureira/ Cozinheira	-	2	-
Mucama/Doceira	-	1	-
Mucama/Costureira	-	1	-
Serviço de Roça/Mucama	-	1	-
Serviço Doméstico	-	4	13
Curraleiro	-	1	-
Falqueador	-	3	-
Falqueador/Carreiro/Caldeiro	-	1	-
Jornaleiro	-	1	-
Feitor	-	2	-
Machadeiro	-	1	-
Oficial de Marceneiro	-	1	-
Pagem/Cafeeiro	-	1	-
Serviço de Enxada e Foice	-	1	-
Sem Profissão/ Identificação/ Ilegível	3	905	188
Total de Profissões	1.593	188	101
Total	1.596	1.093	289

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; APEES, Inventários *post-mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas; Livro de Batismo de Escravos 3.

A maioria dos registros de profissões aparece na Lista Nominal de 1833. Nesse documento, todos os moradores da Vila, até mesmo as crianças, eram classificadas com alguma profissão. Em contrapartida, tanto inventários e testamentos quanto registros de batismos apresentam lacunas em relação a muitos dados do cotidiano dos cativos, dentre eles as profissões.

Por ser uma comunidade agrária, com uma economia baseada nas lavouras de cana-de-açúcar principalmente, a maioria dos escravos estava relacionada ao trabalho na roça. Mas também, percebe-se que algumas especializações associadas ao cultivo da cana-de-açúcar aparecem: lambiqueiro, mestre de açúcar e caldeiro. Também se encontram profissões relacionadas ao serviço com madeira, como carpinteiros, marceneiros, falqueador e serrador; serviços aquáticos, como marinheiros, mestre de embarcação e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

canoeiros; além de oleiros, pagens, barbeiros, ferreiros, cativos de negócios, dentre outras especializações.

Além disso, vale destacar as especializações femininas. A maioria delas foi classificada nos serviços de roça, porém muitas tinham funções específicas: costureiras, rendeiras, doceiras, mucamas e criadas. Nos registros de batismos analisados, a maioria das profissões que aparece era associada às mulheres. É sabido que, em muitos registros de batismos cativos, muitos padres não colocavam o nome do pai no registro se a relação entre os progenitores não fosse sacramentada pela Igreja Católica (SLENES, 2011, p. 110). Porém, em Itapemirim, alguns registros em que aparece o nome de ambos os pais apenas a profissão da mãe é citada.

Exemplo disso é o caso dos casais Generosa, roceira, e Leandro, sem informação de profissão; e Sara, também roceira, e Sabino, sem informação de profissão. Generosa e Leandro eram cativos de Magdalena Anna de Nascimento e batizaram Venceslau em 1884. Já Sara e Sabino eram cativos do capitão Heliodoro Gomes de Azambuja Meirelles e batizaram Michelina em 1885. Neste mesmo ano, outro casal que pertencia ao capitão Azambuja Meirelles batizou o infante Joaquim, mas, dessa vez, a profissão de ambos os pais aparecem: Elizaria, serviço doméstico, e Sizino, pedreiro. Ainda assim, a maioria dos registros com as especializações refere-se apenas às mães, como Justina, mucama, mãe de Suival, batizado em 1885. Ambos, Justina e Suival, pertenciam ao tenente coronel Archanjo José de Souza.

Também se percebe na tabela que alguns cativos tinham mais de uma especialização: oleiro/mestre de açúcar, mestre de açúcar/falqueador, mestre de açúcar/maturo/pagem, serrador/caldeiro, carreiro/serrador/caldeiro, mucama/costureira/cozinheira, mucama/costureira, mucama/doceira, serviço de roça/mucama, dentre outras. Esses escravizados desempenhavam mais de uma tarefa no sistema produtivo dessa sociedade escravocrata.

A especialidade do cativo também está ligada ao valor que o mesmo tinha nas relações de compra e venda. Os inventários *post mortem* e os testamentos trazem essa informação, uma vez que o escravo, sendo um bem, era avaliado na execução do inventário de seu dono falecido. Em Itapemirim, o preço máximo que um cativo alcançou em um inventário foi a “bagatela” de 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), valor superior a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

muitos lotes de terras encontrados nos mesmos documentos. Nem sempre os documentos enunciam a profissão do cativo ou outras informações importantes, ausência comum em muitos documentos, infelizmente. Mas, em alguns casos, consegue-se realizar tal observação.

Em Itapemirim, aparecem nove cativos que valiam 1:800\$000, sendo que quatro não apresentam profissão e em um registro essa informação está ilegível. Os outros quatro são cativos da mesma senhora, Maria Joaquina da Silva Gomes, que teve seu inventário aberto em 1858. Seus cativos valiosos eram: Domingos, 26 anos, alfaiate; Theobaldo, 32 anos, serviço de roça; Sebastião, 16 anos, ferreiro; e Deolinda, 24 anos, costureira.

Como se percebe, a maioria das especializações citadas na tabela, assim como os cativos com maior valor, eram aqueles que tinham trabalhos relacionados aos serviços de uma vila agrária. As atividades urbanas eram poucas e os artesãos eram aqueles que supriam as demandas de uma comunidade do interior. É certo que, até aqueles que tiveram suas especializações esquecidas nos documentos ou que foram genericamente classificados como “trabalhadores de roça” contribuíram para a construção da Vila de Itapemirim e para o aumento das riquezas de seus senhores.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. Livro de Batismo de Escravos 3. Itapemirim, 1882-1888.

Fontes Oficiais

APEES. Vitória. Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma, 1849, p. 10. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro, Typ. Hyppolito José Pinto, 1877. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#.

Fontes Bibliográficas

ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In.: OSÓRIO, H. e XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

LARA, Silvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, 16, fev. 1998, p. 25-38.

LIBBY, Douglas Cole, FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

MORENO, Luciano. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2009, p. 134.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.